

Trabalho e suas metamorfoses contemporâneas à luz do pensamento social clássico¹

Leila Maria da Silva Blass*

Resumo

Neste artigo, promovo uma breve releitura do pensamento social clássico, sob o fogo cruzado das metamorfoses contemporâneas nas práticas de trabalho e de emprego. Durkheim, Weber e Marx, cada um a seu modo, ao tentarem desvendar as mudanças na organização (artesanal) da produção e na gestão da força-de-trabalho, remetem a totalidade social, sem compartimentar o conhecimento. Nessa medida, sublinham a dicotomia entre economia e sociedade; entre trabalho assalariado e integração social cujas ressonâncias se configuram na formação das sociabilidades, da solidariedade e nas formas de representação política nas sociedades contemporâneas.

Abstract

In this article, I present a brief review of the classic social thought, under the crossfire of contemporary changes in the practices of work and employment. Durkheim, Weber e Marx, respecting their differences, in attempting to unveil the changes in the organization (hand work) and in the administration of the workforce, refer to the social totality, without fragmenting the knowledge. Therefore, they highlight the dichotomy between economy and society; between formal work and social integration, whose resonances configure themselves in the development of sociabilities, of solidarity and in forms of political representation in contemporary societies.

1. Este artigo fez parte das provas que realizei, em setembro de 1999, no concurso de Livre-Docente. Nesta versão, introduzi algumas modificações a fim de complementar as reflexões apresentadas naquela ocasião.

* Titular em Sociologia e Livre-Docente pela Faculdade Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Docente no Departamento de Sociologia e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, nessa Universidade.

Introdução

A questão das metamorfoses do trabalho está na ordem -do -dia, nas últimas décadas, compondo pautas apocalípticas da imprensa nacional e internacional e dos programas de rádio e TV; redirecionando políticas governamentais voltadas para a geração de emprego e alimentando a publicidade nas páginas da Internet. Sem dúvida, essa questão marca o cenário histórico das sociedades contemporâneas, abrangendo uma diversidade de situações e de processos sociais como, por exemplo, a retração na oferta de empregos ou o aumento dos índices de desemprego. Nessa medida, constitui uma das turbulências do tempo presente.

A análise dessa questão requer, no entanto, alguns cuidados no sentido de estabelecer diferenciações internas e desvendar o que está oculto na concepção de desemprego associado aos qualificativos: estrutural, tecnológico, ocasional, de longa duração etc. Por exemplo, quem são os não-empregados de longa duração: os que tentam se manter no seu campo de conhecimento até perder toda esperança de “achar outra colocação” no mercado de emprego? Ou seriam os jovens com alta escolaridade que precisam transpor as barreiras do primeiro emprego? Ou os “desempregados executivos” que executam tarefas a domicílio na espera de outras oportunidades para “trabalhar” fora de casa?

No debate sobre o trabalho e suas metamorfoses, é freqüente a relação que se estabelece entre os processos de reestruturação produtiva, globalização econômica e expansão das formas de precarização do emprego. Essas formas compreendem, desde o exercício de atividades assalariadas em tempo parcial ou com jornada flexível de trabalho, ou ainda empregos temporários, ou seja, por tempo determinado. Diante desse cenário histórico, proliferam as análises em torno dos novos requisitos de formação profissional e exigências de escolaridade frente às tendências contemporâneas de exclusão social e econômica. Assim, as questões referentes às desigualdades sociais de oportunidades

desaparecem dos estudos sociológicos e ganham destaque os temas em torno da exclusão e dos excluídos que dizem respeito aos aspectos sócio-culturais. No momento da inserção no mercado de emprego, os jovens estreados titulados e pertencentes às classes populares se deparam com discriminações e estigmas, denunciando a distância entre suas aspirações e as efetivas possibilidades sociais. Essa experiência pode gerar “uma espécie de mal estar no trabalho”, na família, na escola e em várias instituições, pois, segundo Bourdieu (1983), “os títulos valem o que valem os seus detentores” (idem: 116 e 117). Logo, “encontrar trabalho” não depende apenas dos títulos escolares.

A maior parte dos contratos de trabalho das décadas de 80 e 90, na Inglaterra, é por tempo determinado, envolvendo homens adultos com alta escolaridade, embora sejam mais atingidos as mulheres e jovens que buscam o primeiro emprego. As mudanças na gestão da força-de-trabalho compreendem não só o fim do emprego estável para toda vida, mas também a emergência do “trabalhador hifenizado”, o emprego por conta própria ou a tempo parcial. Desse modo, se configuram trajetórias de vida e profissionais fragmentadas e descontínuas, como analisa Sennet (1999).

Além disso, as tendências contemporâneas do processo de acumulação de capital indicam o descompasso entre tempo de produção e tempo de trabalho, tendo em vista a implementação de tecnologias de informação e de comunicação em escala planetária. Os ganhos de produtividade independem do uso força-de-trabalho, trazendo profundas alterações nas condições sociais de trabalho e de existência de quem está empregado e para os não-empregados.

Quem está empregado, experimenta um cotidiano com muita pressão e, portanto, marcado por sentimentos de incerteza e insegurança. Essa situação aumenta, conforme Beynon (1998), o estresse dos trabalhadores nas indústrias, bancos, atividades de turismo, serviços públicos, comércio. A gestão da força-de-trabalho segue padrões de organização da produção industrial com a definição de um tempo padrão

para atendimento de clientes seja nos bancos, seja nas lojas de *fast-food* (MacDonald's). A presença dos clientes acirra os processos de trabalho e o seu atendimento público se confunde com as imagens difundidas sobre as empresas.

A oferta crescente de emprego, nesses setores, torna bastante relevante, do ponto de vista político e social, essas questões. Conforme Beynon (1995), 1 milhão e 250 mil pessoas estavam empregadas, em 1995, em hotéis e nas atividades de entretenimento, na Inglaterra. Esse número é superior ao total dos trabalhadores alocados em todas indústrias tradicionais, ou seja, siderurgia, metalurgia e extrativismo mineral. Por isso, torna-se, segundo esse autor, cada vez mais raro encontrar operário fabril ou gerentes de fábrica nas cidades inglesas.

Uma das dimensões ainda pouco exploradas nos estudos acerca das metamorfoses contemporâneas do trabalho diz respeito ao surgimento do ciclo de produção imaterial, conforme descrevem Lazzaratto e Negri (2001) e Gorz (2005), assim como os olhares dos próprios trabalhadores e trabalhadoras sobre o que fazem e como fazem, Quer dizer, qual o lugar e sentido que atribuem ao trabalho (assalariado). Essas questões revelam a dicotomia entre economia e sociedade; entre trabalho assalariado e integração social, tendo em vista a formação das sociabilidades, da solidariedade e as formas de representação política, nas sociedades contemporâneas.

Sob o fogo cruzado das metamorfoses nas práticas de trabalho e de emprego, o pensamento social clássico é revisitado, neste artigo, a partir de alguns escritos de Durkheim, Weber e Marx. Cada um deles, ao tentar desvendar as mudanças na organização (artesanal) da produção e na gestão do trabalho, remete a totalidade social, sem compartimentar o conhecimento. Nessa medida, elaboram uma noção de trabalho que lhes permita decifrar o cenário social da modernidade européia ocidental, principalmente, na passagem do século XVIII para o XIX com a emergência

histórica da grande indústria e a expansão generalizada das práticas de trabalho assalariado.

O capitalismo, ao assumir a condição planetária, suscita questões e temáticas que estão indagando os cientistas sociais, do ponto de vista teórico e político. No entanto, a releitura aqui proposta chama a atenção, mais uma vez, para a pertinência do trabalho, enquanto categoria de análise das sociedades contemporâneas. Importa assinalar, nesse sentido, que toda forma de vida coletiva pressupõe trabalho como atividade social.

Durkheim, Weber e Marx partem, respectivamente, de princípios explicativos diferentes, isto é, causalção funcional, conexão de sentido e contradição. Não deixam, contudo, de apontar, de modo recorrente, o caráter degradante das práticas de trabalho nas sociedades modernas, apesar das suas virtualidades na geração da riqueza e do progresso, conforme lembra Giddens (1991). Desconfiam, por isso mesmo, da correlação entre desenvolvimento e felicidade. Assim, Durkheim impressiona-se com a incidência de suicídios. Weber enfatiza que a burocratização e intelectualização levam à perda da magia nas relações sociais e o desencantamento do mundo. Marx mostra que o processo de acumulação de riquezas pressupõe a degradação moral, submissão e dominação crescentes do trabalho pelo capital. As relações sociais entre capital e trabalho estão, portanto, subjacentes ao processo de produção das mercadorias, nas sociedades capitalistas.

1. Durkheim e a divisão do trabalho

A divisão do trabalho, nas sociedades diferenciadas por segmentos, caracteriza-se pelo parcelamento de tarefas e funções fundado nas “especializações”, sem provocar, para Durkheim, o aviltamento das capacidades individuais. Ao contrário, fortalece os vínculos sociais na medida em que promove a integração social e reforça a consciência coletiva, ou seja, maneiras coletivas de pensar e agir exteriores aos

indivíduos. Constitui fonte de solidariedade social, prefigurando a solidariedade orgânica, ao desenvolver o sentimento de pertencimento onde uma "identidade nós" prevalece na "identidade eu", apoiando-me nas palavras de Elias (1994).

A divisão do trabalho não responde apenas às necessidades econômicas, mas cumpre, principalmente, uma função moral. Assim, quem está fora de qualquer processo produtivo, fica sem lugar na sociedade. Dessa perspectiva, o trabalho assalariado e a divisão do trabalho exercem, enquanto princípio organizador do processo produtivo, funções de controle social. Quando as “especializações” individuais não são absorvidas pelas instituições empresariais, transparece a função patológica da divisão social do trabalho. Abre-se, desse modo, o caminho para uma situação de anomia onde as consciências individuais, ao predominar sobre a coletiva, colocam em risco a própria manutenção e continuidade da vida em sociedade.

2. Weber: a ética protestante e o espírito do capitalismo

As análises de Weber são importantes para se conhecer os meandros do trabalho nas sociedades modernas em seus diferentes aspectos.

Destaco, neste artigo, o processo de formação do “ethos” capitalista, resultado do encontro de intersubjetividades em constante interação social, tanto dos trabalhadores quanto dos empreendedores que podem, inclusive, nortear ações e decisões por regras tradicionais, ou seja, pré-modernas. O “espírito capitalista” não se forma, naturalmente, a partir da posição que cada um detém na produção econômica e/ ou no comando político, mas resulta de um processo social de construção social de mentalidades. Quer dizer, supõe um processo de interiorização da virtú do trabalho como um fim em si mesmo.

Weber inicia a sua análise, pontuando o que lhe parece nortear a prática dos homens de negócios, dos operários qualificados e dos capitalistas. Assim, arrola uma série de ditos populares que são preceitos

morais fundantes das suas visões de mundo, pois todos eles são adeptos de seitas protestantes, principalmente, na sua versão calvinista. Thompson (1987), quando estuda a formação da classe operária inglesa, destaca também, a forte influência dos anabatistas, entre os tecelões de lã e os sapateiros, que seriam os agentes principais de difusão da disciplina requerida pelo trabalho assalariado nas fábricas inglesas.

A formação do “espírito capitalista” entre trabalhadores e empreendedores compreende, conforme Weber, um processo longo e árduo de inculcamento de valores, normas e uma visão de mundo que busca romper com práticas sociais e hábitos tradicionais. O que se denomina, mais recentemente, como “maneiras de ser”. Além disso, os trabalhadores assalariados devem ultrapassar os padrões de consumo ditados pelo costume, enquanto os empreendedores deveriam aderir às virtudes e qualidades éticas baseadas na frugalidade e na gestão racional e normativa dos seus empreendimentos. Afirma Weber, “o espírito capitalista’ é capaz de desenvolver, produzir o próprio capital” sem que sejam necessários grandes investimentos monetários. O segredo encontra-se no modo de gerir e administrar, inclusive pessoalmente, os ganhos obtidos.

Quem **não** compartilhar desse ideário de trabalho expresso nos valores e preceitos morais elaborados e reelaborados, no cenário histórico da Europa Ocidental, seria, a partir de então, classificado e definido como “selvagem, primitivo ou não civilizado”. Dessa perspectiva, estaria fora de qualquer projeto de desenvolvimento calcado nos princípios da acumulação de capital. A modernidade supõe a implementação de processos de racionalização cultural e social que implicam a depuração das tradições e a dessacralização das práticas sociais. Esses processos são mais evidentes na economia com vistas à geração de capital cujo funcionamento requer, entre outros aspectos, o cálculo racional dos custos e a “institucionalização do trabalho assalariado”, como assinala Rouanet (1992).

3. Trabalho na perspectiva marxista

Na perspectiva marxista, toda forma de vida societária pressupõe *trabalho na sua acepção geral* na medida em que as práticas de trabalho mediam as relações dos homens com a natureza, dos homens entre si e com o sobrenatural. Os homens transformam-se, ao transformar a natureza ou o mundo circundante através de múltiplos processos de trabalho.

Nesses processos, atuam três elementos; o trabalho humano, enquanto atividade; a matéria sobre a qual essa atividade é executada e os meios de trabalho. O modo de combinar esses elementos varia conforme as épocas históricas. O que demarca e caracteriza os períodos históricos não seria **o que** se produz, mas **como** se produz, afirma Marx.

Na produção capitalista, os processos de trabalho produzem mercadorias que atendem as mais variadas necessidades humanas e, portanto, são feitas por diferentes materiais. Por isso, elas possuem valores de uso (utilidades) e valor (de troca), apesar de sua materialidade diversa e as várias funções que preenchem na sociedade. Todas participam dos circuitos de trocas e visam, prioritariamente, valorizar o capital, fonte da riqueza social. A circulação de mercadorias pressupõe a instituição de medidas de valor. O tempo socialmente necessário para produção das mercadorias em uma determinada época de uma dada sociedade mede os valores das diversas mercadorias. No caso das sociedades contemporâneas, as inovações introduzidas nas telecomunicações e a difusão da informática contribuem para reduzir o tempo socialmente necessário para produção e a circulação das mercadorias. No entanto, o foco de análise recai no trabalho abstrato, ocultando as práticas de trabalho concreto. Desaparece quem faz e como são feitas as mercadorias. Quer dizer, se ocultam os trabalhadores concretos, produtores de valores de uso das mercadorias.

Os trabalhadores diretos encontram cada vez mais dificuldades para se reconhecer no resultado final do seu trabalho, isto é, no produto criado por suas mãos. A divisão “técnica” do trabalho cria o trabalhador coletivo e mostra o caráter social da produção capitalista cuja emergência histórica se configura na manufatura. Esse processo se intensifica na fábrica moderna e se generaliza nas sociedades contemporâneas, principalmente a partir da implementação do ciclo de produção imaterial quando se rompem todas fronteiras, inclusive, em escala planetária. Esses processos pressupõem o emprego de uns – os expropriados dos instrumentos de trabalho – por outros – os proprietários dos meios de produção.

Com a expansão da grande indústria, no decorrer do século XIX, o local de moradia e de trabalho ficam separados, bem como o mundo do trabalho ou da produção e o do não trabalho ou da reprodução. O trabalho assalariado ou emprego aparece, assim associado às fábricas modernas e ao trabalhador fabril, masculino e adulto. As mulheres e as crianças, ao transporem os muros das fábricas, parecem fora do lugar, pois a casa e a escola seriam seus lugares privilegiados nas sociedades modernas. Ou seja, deveriam se ater ao mundo da reprodução.

A organização do trabalho fabril e a cisão entre mundo do trabalho e do não trabalho permanecem, assim, como referência histórica da noção de trabalho, embora tenha sido formulada, no contexto do processo de constituição do “homem econômico”, isto é, “aquele que para seu sustento deve trabalhar e produzir” para outrem, escreve Jacob (1994).

Considerações finais

Quais as contribuições dessa releitura para os estudos sobre o trabalho e suas metamorfoses nas sociedades contemporâneas?

A primeira delas deixa evidente que a economia, historicamente, se distancia das questões relativas ao progresso que se faz e refaz por meio do desperdício e da destruição da natureza. Nessa medida, se aprofundam as

desigualdades sociais e a geração de riquezas atinge, de modo seletivo, o conjunto da sociedade e também o planeta.

O pensamento social clássico nas suas diferentes versões privilegia o emprego que é a forma histórica que o trabalho assume nas sociedades capitalistas modernas, particularmente, na Europa Ocidental. Assim, a centralidade do trabalho é reafirmada nas sociedades contemporâneas, sem negligenciar a importância do emprego em uma sociedade fundada no trabalho assalariado.

As reflexões² de Marx chamam a atenção, desse modo, sobre o trabalho em seu sentido geral, não apenas na forma histórica que assume nas sociedades pautadas pela acumulação de capital: o trabalho assalariado. A noção de trabalho, enunciada por Marx, permitiria recompor as relações identitárias entre produtor direto e produto, uma das fontes inspiradoras das utopias marxistas. Assim, o trabalhador reaparece na sua dimensão humana, enquanto pessoa, não apenas na condição de força -de -trabalho que o reduz aos gestos corporais e movimentos repetitivos executados com o suor nos rostos.

O pensamento social clássico chama a atenção também para diversidade complementar de práticas de trabalho e de formas de organização dos processos produtivos. O desenvolvimento capitalista, ao assumir dimensões planetárias, deixa mais evidente essa heterogeneidade e pluralidade que se orienta por diferentes éticas de trabalho. Dessa forma, a universalidade do “espírito capitalista” gestado na Europa Ocidental transparece, mostrando que o ideário de trabalho resulta de um processo social no qual atuam experiências históricas e tradições culturais herdadas.

A distribuição das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades contemporâneas persegue critérios diferenciados, contribuindo para se repensar as análises que partem da homogeneidade do mundo do trabalho. O trabalho assalariado de mulheres, ao instalar um “discurso

2. Refiro-me, particularmente, às publicações brasileiras de 1968 e de 1985.

sobre o feminino e o masculino”, suscita uma reflexão acerca da linguagem do trabalho, lembra Souza-Lobo (1991). Desse modo, práticas de trabalho e/ ou de emprego, até, então consideradas ”exclusivamente, uma relação técnico-físico-organizativa” (idem: 203), explicitam-se, enquanto atividade social onde se entrelaçam diferentes subjetividades em constante interação. Se o trabalho, mas principalmente o emprego parece reduzido às tarefas físico-organizativas, por conseguinte, a inserção de trabalhadores e de trabalhadoras assalariados(as) no mercado de emprego parece independente dos valores e visões de mundo predominantes em uma dada sociedade em um determinado período histórico.

A análise de Durkheim sobre a divisão do trabalho traz ainda outra contribuição importante no que se refere à formação das sociabilidades e às possibilidades geradas de agregação social. Diante das tendências contemporâneas de dispersão dos processos de trabalho e da pulverização do trabalhador coletivo cujas atividades são executadas em diferentes locais e regiões a partir da implantação generalizada da automação dos instrumentos de trabalho e da transmissão de dados e informações em tempo real, caberia indagar se a divisão social do trabalho ainda desempenha esse papel? Em outros termos: qual a relação entre retração na oferta de empregos e controle social?

Essas questões retornam no cenário histórico contemporâneo a partir do próprio movimento do capital cujos aspectos centrais foram analisados por vários cientistas sociais no decorrer dos séculos XIX e XX. Resta, contudo, repensar no tempo presente as potencialidades do trabalho criativo e da inventividade humana, conforme De Masi (1997), tendo em vista o esgotamento dos recursos oferecidos pela natureza.

Seria possível imaginar uma forma de vida social onde uns e outros se reconheçam e sejam reconhecidos por seu saber fazer? Nesse caso, a obtenção de rendimentos dependeria da venda dos produtos fabricados por suas mãos que exigem um conjunto de conhecimentos para execução de uma tarefa, muitas vezes, adquiridos ao longo da vida e através das

gerações. Assim, a liberdade no uso do tempo e a autonomia na escolha do que fazer e como fazer poderia ser preservado. Essas reflexões soam utópicas diante dos projetos de desenvolvimento cuja meta seria atingir, custando o que custar, um determinado patamar de crescimento econômico, buscando a valorização máxima do capital e a expansão do emprego.

Essa breve releitura do pensamento social clássico indica que, embora a obtenção de empregos seja cada vez mais difícil diante das tendências contemporâneas de acumulação de capital, a venda da força - de -trabalho a outrem ainda permanece no horizonte da maior parte dos estudos sociológicos acerca do trabalho e suas metamorfoses. O que significa em outras palavras se perguntar, inspirada em Arendt (1983): qual o futuro da condição humana?

Bibliografia

ARENDRT, H. (1983), *A condição humana*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária.

BEYNON, H. (1998), As práticas de trabalho em mutação. In Antunes, R. (org), *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo, Boitempo.

BEYNON, H. (1995), "A destruição da classe operária inglesa?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27. São Paulo, ANPOCS, outubro.

BOURDIEU, P. (1983), A juventude é apenas uma palavra. In Bourdieu, P. (org), *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, ed. Marco Zero.

DE MASI, D. (1997), *A emoção e a regra. Os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950*. Rio de Janeiro, José Olympio.

DURKHEIM, E. (1978), *Da divisão do trabalho social*. S.Paulo, Abril. Col. "Os pensadores".

ELIAS, N. (1994), *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora

GIDDENS, A. (1991), *As conseqüências da modernidade*. São Paulo Edunesp.

GORZ, A. (2005), *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo, AnnaBlume.

JACOB, A. (1994), *Le travail, reflect des cultures: du sauvage indolent au travailleur productif*. Paris, PUF.

Trabalho e suas metamorfoses contemporâneas à luz do pensamento social clássico

LAZZARATTO, M. e Negri, A. (2001), *Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A.

MARX, K. (1968), *O Capital*. Livro I. São Paulo, Civilização Brasileira editora.

Marx, K. (1985), *Capítulo inédito (capítulo VI)*. São Paulo, Moraes editora.

SENNET, R., (1999), *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro, editora Record.

ROUANET, S. (1992), “Por que o moderno envelhece?” *Folha de São Paulo, Caderno Mais*.

SOUZA-LOBO, E. (1991), *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo, Brasiliense.

THOMPSON, E. P. (1987), *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra editora.

WEBER, M. (1967), *Ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo, Pioneira.